

1980/1990 - mais de 230 títulos

mais de 6 milhões de exemplares vendidos

Como solucionar as reivindicações da classe operária, diante da realidade brasileira, onde o sindicalismo ainda é pouco desenvolvido?

É na busca dessa independência do sindicato, da **Autonomia operária**, que o trabalhador cria novas formas de luta pelos seus direitos. Nesse terreno, ninguém o representa. Ele é seu próprio representante.

Área de Interesse: Política

brasiliense
B

ISBN: 85-11-01140-4

primeiros passos

Lúcia Bruno

**O QUE É
AUTONOMIA OPERÁRIA**

3ª
edição

editora brasiliense

Conselhos de Fábrica
A. Gramsci e A. Bordiga

**A Experiência do Movimento
Operário**
Cornelius Castoriadis

**Sociedade e Estado na Filosofia
Política Moderna**
N. Bobbio/M. Bovero

**À Sombra das Maiorias
Silenciosas**
Jean Baudrillard

Utopias Anarquistas
Flávio Luizetto

Coleção Primeiros Passos

O que é Anarquismo
Caio Túlio Costa

O que é Capitalismo
Afrânio Mendes Catani

O que são Comissões de Fábrica
Ricardo C. Antunes/
A. Nogueira

O que é Comunismo
Arnaldo Spindel

O que é Sindicalismo
Ricardo C. Antunes

O que é Socialismo
Arnaldo Spindel

O que é Trotskismo
José Roberto Campos

Lúcia Barreto Bruno

O QUE É AUTONOMIA OPERÁRIA

3ª edição

editora brasiliense

Copyright © by Lúcia Barreto Bruno, 1985
Nenhuma parte desta publicação pôde ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia do editor.

ISBN: 85-11-01140-4
Primeira edição, 1985
3ª edição, 1990

Revisão: Gilberto D'Angelo Braz e Maria E. Nejm
Capa e ilustrações: Miadaira



BRASILIANSE EDITORA BRASILIENSE S/A
RUA AIRI, 22 - TATUAPÉ
CEP 03310-010 - SÃO PAULO-SP
TELEFONE E FAX: (0xx11) 218-1488
e-mail: brasilienseedit@uol.com.br
home page: www.editorabrasiliense.com.br

ÍNDICE

– Introdução	7
– A dinâmica do processo	24
– Autonomia operária e partidos políticos ..	47
– Autonomia operária e sindicato	69
– Autonomia e socialismo	82
– Indicações para leitura	88

INTRODUÇÃO

Hoje em dia fala-se muito em autonomia operária. Diversos autores têm discorrido sobre o tema e as interpretações são as mais variadas.

Não pretendo aqui fazer um painel das diferentes abordagens existentes sobre o assunto. Tampouco, estabelecer a minha como a única válida. Desde já afasto qualquer problemática que se refira à verdade natural, pois penso que as idéias de um autor são sempre aquelas que decorrem da sua prática social e não da humanidade em geral.

Além disso, a autonomia operária, o seu desenvolvimento e realização não dependem do debate teórico, mas das condições objetivas existentes na sociedade contemporânea e da posição que cada um de nós ocupa na prática social. É neste nível que os indivíduos se unem ou se separam em torno

das questões cruciais da nossa época.

Vejamos, pois, uma das possibilidades de se pensar a autonomia operária, as condições de seu desenvolvimento, os limites com os quais essa prática se defronta e o futuro que nos indica.

Autonomia operária: uma prática de classe

O que define a autonomia operária, enquanto prática social, é a sua capacidade de criar relações sociais de tipo novo, que se configuram em antagonismo aberto com as relações sociais existentes na sociedade capitalista. Em que sentido?

No sentido de que a autonomia operária expressa-se pela prática da ação direta contra o capital, realizada a partir dos locais de produção — espinha dorsal do capitalismo. Essa ação direta unifica o poder de decisão e execução, elimina a divisão entre trabalho manual e intelectual, abole a separação entre dirigentes e dirigidos, e extingue a representação por delegação de poder.

No terreno da autonomia operária, o trabalhador não se faz representar. Ele se apresenta.

Trata-se de um processo de luta no qual a classe operária se organiza e se dirige, diferenciando-se das classes dominantes e de suas instituições,

das práticas e ideologia de integração e exploração. É uma prática que unifica todas as frentes de luta: econômica, política e ideológica, tendo-se como objetivo final a constituição do socialismo.

Nesse sentido, a autonomia operária é uma tendência muito antiga dentro do movimento operário, e manifesta-se nos momentos mais agudos da luta de classes: na Comuna de Paris (1871), na Revolução Russa (1917), na Revolução Alemã (1918/19), na Revolução Espanhola (1936/39), no movimento operário português, depois da queda do salazarismo em abril de 1974, por exemplo.

A organização pela qual o proletariado vem, historicamente, expressando sua autonomia é o conselho operário, onde todo o poder pertence às assembléias gerais de trabalhadores, eixo central dos debates e decisões.

Utilizo aqui a denominação conselho operário, porque já entrou para o vocabulário comum. Na realidade, existiram e existem sob nomes diversos: comissão de fábrica, comissão de trabalhadores, comitê de greve, soviete, etc. O que importa como critério definidor é a estrutura interna dessas organizações, os seus objetivos e a atividade que realmente desenvolvem: o controle e a gestão da produção e de toda a vida social.

A esta altura podemos perguntar o que exatamente tem possibilitado à classe operária desenvolver um processo onde ela se define em completa

ruptura com a sociedade capitalista como um todo. É o que vamos ver em seguida.

A classe operária não é uma realidade moral, mas social. Ela não tem qualquer realidade além da forma como se organiza. E esta forma é contraditória.

De um lado, é a classe organizada pelo capital, nos locais de produção, desenvolvendo as relações que o sistema capitalista impõe, mediante a utilização de uma maquinaria e tecnologia determinadas. Esse esquema submete a classe operária a operações particularizadas, afastando-a da compreensão do processo de trabalho e sujeitando-a à hierarquia rígida. É a classe operária organizada para a produção de lucro *no e para* o capitalismo.

De outro lado, os operários desenvolvem entre si relações livres e coletivistas sempre que travam uma luta *direta contra* o capital.

Nessas novas relações, a igualdade entre os operários, na luta contra o sistema que os explora, elimina as hierarquias impostas pelo sistema fabril. Além disso, a participação nas reuniões e decisões coletivas faz com que cada operário não se afaste da compreensão da sua própria atividade. É a classe operária auto-organizada lutando pela realização de seus próprios objetivos.

Da contradição entre essas duas formas de organização decorre o fato de que, enquanto houver capitalismo, uma não se desenvolve sem a outra. A disciplina da fábrica suscita sempre

as formas de luta. Por isso é a fábrica o terreno inicial, mas não terminal, de desenvolvimento da luta autônoma.

No prosseguir dessas lutas, a classe operária desenvolve as relações sociais de tipo novo, às quais me referi no início, configurando-se a autonomia da classe perante a sociedade capitalista e as classes exploradoras.

Trata-se da criação de novas instituições sociais onde se realizam as relações fundadas na democracia direta, na revogabilidade e elegibilidade dos delegados pela assembléia geral de trabalhadores, constituindo-se, então, as condições de desenvolvimento da sociedade socialista.

Nesse sentido, autonomia operária não significa autonomia orgânica, física, com relação às instituições capitalistas. Não significa, por exemplo, autonomia dos sindicatos com relação ao aparelho de Estado, nem da dos movimentos sociais com relação às estruturas partidárias.

Significa, isso sim, autonomia com relação aos modelos capitalistas de organização e gestão, que por sua vez são hierarquizados, centralizadores das decisões e reprodutores das desigualdades sociais. Como veremos ao longo deste livro, autonomia operária vincula-se à criação de uma nova realidade social, dotada de instituições específicas que se desenvolvem em ruptura aberta com a sociedade capitalista.

A luta autônoma

A força de trabalho é a única mercadoria cujo valor se estabelece através de uma luta social.

Enquanto o operário procura incorporar o máximo de tempo de trabalho nesta mercadoria que vende ao capitalista, tendo em vista aumentar o seu valor, o capitalista procura reduzi-lo ao máximo.

Essa luta tem um caráter muito peculiar no capitalismo. De um lado, constitui fator integrante do sistema, pois é o próprio processo econômico que determina a fixação de um valor para a força de trabalho, que encontra no salário a sua expressão jurídica.

Por outro lado, essa luta não tem condições de se desenvolver no tipo capitalista de organização operária que o sistema de exploração impõe. A disciplina da fábrica implica na completa obediência e submissão do operário ao sistema tecnológico de produção. E esta é a única forma de organização que o capitalismo pode admitir.

No entanto, esta luta não pode deixar de existir porque ela é exigida pelo próprio sistema econômico. É a partir daí que se dá o assalariamento produtivo, e dessa luta resulta o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho.

Além disso, sem a luta do proletariado pela diminuição do grau de exploração, ele correria o

risco de, não opondo resistência à miséria, desaparecer fisicamente.

Nesse sistema econômico onde o proletariado procura aumentar o valor da sua força de trabalho e o capitalista procura diminuí-la, desenvolve-se um campo institucional que garante a reprodução dessa contradição: o campo sindical.

A organização sindical representa precisamente o ponto em que a luta pelos seus objetivos se insere no capitalismo.

Você pode prestar atenção; sempre que se desenvolve uma luta proletária efetiva, ela acaba extravasando o campo sindical e criando formas de organização fora do sindicato. Por exemplo: os comitês de greve, as comissões de fábrica, etc.

Quando se verificam aumentos salariais onde essas novas formas de organização não surgem, é porque não houve nenhuma luta proletária. É quando o sindicato cumpre plenamente o seu papel no capitalismo: de organismo especializado que planifica para o capitalismo os aumentos que este necessita para a expansão do mercado de consumo particular.

Quando, ao contrário, se desenvolvem lutas proletárias, que extravasam, pelo menos no interior de cada unidade produtiva, os limites do sindicato, os dirigentes sindicais cumprem a tarefa de definir um meio-termo aceitável para os patrões. É dessa forma que integram as lutas proletárias na dinâmica do capitalismo.

Com isto quero dizer que nenhuma luta pode se expandir nos limites estritos do aparelho sindical, assim como não se desenvolve sob o esquema rígido da disciplina fabril.

Mas então fica a pergunta: se a classe operária quando luta diretamente pela diminuição da exploração não atua nas instituições existentes no capitalismo, onde é que ela atua?

Eu diria que ela atua fundamentalmente nas organizações que cria no próprio processo de luta — nas instituições autônomas.

Esta é uma contradição muito importante do capitalismo. É a própria dinâmica de seu desenvolvimento que determina o surgimento de relações sociais que lhe são antagônicas. Relações sociais igualitárias e não especializadas, que destroem o sistema da "representatividade", característico do capitalismo.

Na resistência contra a exploração do capital todos os operários são iguais. O movimento social dos explorados, hoje, tende a projetar esta igualdade para além da destruição do sistema no qual ela foi gerada... Isto é, as novas relações sociais criadas no processo de luta tendem na sua expansão a se realizarem em novas formas econômicas e, portanto, em novo modo de produção.

Por isso, podemos dizer que nas sociedades contemporâneas se articulam duas realidades sociais antagônicas: o modo de produção capitalista e o socialismo em permanente tendência

para o desenvolvimento, fundado nas relações igualitárias e comunitárias que o proletariado cria no decorrer de suas lutas.

Tudo isto é bastante abstrato. Vejamos de maneira mais concreta como essas lutas se desenvolvem e por que têm sido derrotadas.

As instituições autônomas

Os indivíduos não atuam no vazio, mas dentro de instituições que criam no decorrer de sua existência. Isto quer dizer que quando a classe proletária luta diretamente contra a sua situação de explorada/oprimida, separando-se da lógica capitalista, cria nesse ato novas organizações sociais que constituem as condições da transformação social.

Essas organizações, a que chamei conselhos operários ou comissões de fábrica, privilegiam a luta na empresa, ultrapassando os aparelhos sindicais e partidários, desenvolvem práticas novas onde se afirma a preponderância das bases trabalhadoras frente aos dirigentes e a satisfação das necessidades da vida cotidiana frente ao capital, etc.

Saídas diretamente do processo de luta, essas organizações unem os trabalhadores em função

das lutas práticas e não de objetivos abstratos mais ou menos limitados.

Por viabilizarem praticamente formas embrionárias de controle e gestão da produção pelos trabalhadores, as comissões de fábrica constituem a forma embrionária das novas relações sociais de produção.

Ao mesmo tempo, iniciam formas institucionais de extinção do poder político, porque são organizações que enquadram os representantes eleitos pelos trabalhadores, especialmente quando a luta se expande e passa das comissões de fábrica locais para formas mais avançadas constituídas por órgãos que articulam outras comissões.

É importante salientar que a comissão de fábrica não é forma política no sentido tradicional do termo. Ela não tem autonomia com relação ao conjunto dos produtores, tal como ocorre com o Estado, por exemplo.

Quanto mais se desenvolve a comissão de fábrica — enquanto órgão de controle e gestão da produção, por exemplo — mais diminui o caráter intermediário nesse controle.

Se criamos instituições através das quais podemos decidir em conjunto sobre todos os aspectos da vida social, eliminamos aqueles que sempre decidiram por nós: os políticos profissionais, que detêm o controle das decisões. Criando as instituições que realizam a democracia direta eliminamos o Estado, que existe para decidir por nós

e sobre nós.

Com isto quero dizer que a dinâmica do socialismo é dada pelo conjunto organizado da classe operária, mediante a criação de estruturas próprias de poder, onde os representantes estão controlados nas suas atribuições por todos, podendo ser destituídos a qualquer momento.

É preciso diferenciar a representação nessas organizações e a representação nas estruturas políticas capitalistas, onde ninguém controla a ação dos nossos "representantes".

1 — Os elementos eleitos pelos trabalhadores não têm possibilidades de decidirem por si mesmos. Eles são simplesmente executores. Apenas o conjunto dos representados pode decidir.

2 — Os representantes eleitos só executam tarefas e não determinam linhas de ação, pois seus limites estão de antemão delimitados e, portanto, não podem extravasar as suas funções.

3 — Esses elementos permanecem como representantes, no máximo, até o tempo de executarem as tarefas, eles não têm como se reproduzir em nova classe dominante.

4 — Os representantes permanecem na produção e os seus atos podem ser controlados a cada momento. O desempenho de funções na qualidade de representantes dos trabalhadores não lhes confere nenhum tipo de privilégio.

Você pode notar que o tipo de organização social que os operários criam na sua luta direta e autônoma é completamente diferente e oposto ao sistema de representação existente no capitalismo. No sistema dominante quais os mecanismos de controle que temos sobre os indivíduos que eleamos? Nenhum. Que informações temos de sua atuação no parlamento ou na chefia de um Estado ou coisa semelhante? Aqui impera o sigilo, fundamental em toda estrutura burocrática, onde informação é poder.

Mas não se trata de mistificar ou idealizar as comissões de fábrica. A existência dessas instituições atestam o descrédito em que caíram os sindicatos e os partidos políticos no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, expressam o grau de autonomia da classe operária com relação às instituições capitalistas.

No entanto, nem sempre isto quer dizer que exista uma absoluta democracia na condução das lutas e que são as próprias bases operárias a manterem em mãos a iniciativa e o poder, no combate contra a exploração.

É preciso ver os problemas com os quais as comissões de fábrica se deparam, e o funcionamento das mesmas. Na realidade, o caráter complexo dos processos de transformação social inviabiliza qualquer tentativa de impor um modelo acabado de organização.

O estudo da história do movimento operário e

das novas formas de luta que hoje presenciamos podem nos indicar as tendências e possibilidades futuras do movimento, nunca suas formas concretas de realização. Estas dependem da articulação complexa de todas as variantes e especificidades históricas de cada momento considerado.

Voltando ao problema colocado, pode acontecer de uma comissão limitar-se a servir de intermediária entre o sindicato e os trabalhadores. Se isto mostra a exterioridade do sindicato com relação à classe, mostra também que é o sindicato quem conduz todas as lutas, mantendo os trabalhadores em uma situação de apatia. A comissão limita-se a dizer ao sindicato o que os trabalhadores gostariam que fosse feito e a dizer aos trabalhadores o que o sindicato decidiu fazer. Vemos que na realidade essa comissão exerce a função de seção sindical, subordinada ao sindicato.

Há ainda comissões que, apesar de informarem todos os trabalhadores e os consultarem antes de qualquer atuação, acabam se isolando das bases. Isto acontece não porque se tornaram "pelegas", mas porque os trabalhadores caíram numa certa apatia. E a que se deve esta apatia?

Este é o ponto central, pois nenhuma organização pode fazer sozinha o que compete ao conjunto dos trabalhadores. Antes de avançarmos nesta questão, a partir de que momento se verifica o isolamento das bases?

O aparecimento de uma comissão de fábrica,

autônoma, demonstra um grau elevado de atividade dos operários, e essa atividade vai se refletir no controle a que estará sujeita a comissão eleita pelo conjunto dos operários. No início são realmente todos a decidirem o que a comissão vai executar. Mas depois começa a haver uma distinção entre o conjunto dos operários e os executores. São sempre os mesmos — os membros da comissão — que executam e decidem.

Os trabalhadores, então, se afastam de toda a atividade e a comissão se apodera de todas as iniciativas.

A partir daí está criado o isolamento da comissão e se desenvolve o terreno ideal para a sua burocratização, para a defesa de interesses particulares (partidários ou não) que acabam prevalecendo sobre os interesses do conjunto. É ainda o momento propício para a repressão patronal, que acaba despedindo os trabalhadores mais combativos.

Isso porque os trabalhadores foram afastados do trabalho prático e voltaram a uma situação amorfa. Com isto quero dizer que as organizações autônomas só podem existir em momentos de luta direta e conjunta de todos os interessados.

De nada adianta criticar as lutas operárias pelo fato de acabarem integradas no capitalismo. Ou dizer que as organizações autônomas não sobrevivem por muito tempo, pois são destruídas pela repressão ou subordinadas às cúpulas sindicais e partidárias.

A questão fundamental é procurar novas formas de manter essas organizações, generalizando-as e unificando-as.

A circulação de informações, a troca de experiências entre trabalhadores inseridos em lutas diferentes, é indispensável para desenvolver a solidariedade e a coesão dos trabalhadores.

Nas sociedades contemporâneas, o peso das práticas sociais que tendem a integrar indivíduos e grupos sociais pertencentes a classes sociais antagônicas é muito grande. Essas práticas são realizadas a todo o momento nas instituições de consumo, de lazer, na escola, nos partidos políticos, nas instituições religiosas, etc.

Em momentos de ascenso revolucionário, elas acabam sendo negadas na prática, através da criação de novas instituições sociais — as comissões autônomas, os comitês de moradores, etc. Mas para que elas se desenvolvam e se generalizem é fundamental a expansão das diversas lutas, ultrapassando, assim, o localismo em que surgem. Não é possível a existência de "ilhas" autônomas num contexto capitalista.

Uma comissão autônoma tem grande poder, porque expressa o que há de mais importante na fábrica: a força-de-trabalho, sem a qual não existiria capital.

Por esse motivo, ela é sempre "objeto de desejo" de muitos.

São os patrões que procuram cooptá-la para que

funcione como amortecedor dos conflitos internos da fábrica.

São os partidos políticos que tentam a todo instante inchar-se com a força alheia.

São as cúpulas sindicais que procuram estender seu campo de controle para dentro das fábricas.

É contra tudo isso que os trabalhadores têm de lutar, tendo em vista manter a comissão sob seu controle efetivo. Para que funcione como instrumento de luta e campo de desenvolvimento das relações igualitárias, a autonomia das comissões é fundamental. De nada adianta eleger comissões de trabalhadores, se estes não as controlam diretamente. Os trabalhadores não lutam por delegação. Lutam eles próprios ou não há luta revolucionária.

Uma comissão que não seja a expressão da luta auto-organizada e autodirigida pelos operários nada tem de autônoma. Muito menos aquelas criadas pelo patronato, ou ainda as fomentadas de fora por militantes que pretendem utilizá-las como células de seus partidos.

O caráter subversivo das organizações operárias reside no controle que o conjunto dos interessados tem sobre a ação daqueles que foram eleitos como seus porta-vozes.

Pensar que o capitalismo integra estas instituições é ver apenas os seus traços exteriores. Não existe a menor possibilidade de se conciliar estruturas de organização antagônicas.

As comissões de fábrica, enquanto expressão

das relações igualitárias e coletivistas, nada têm a ver com as comissões criadas pelo patronato, pelos partidos políticos ou pelas cúpulas sindicais.

Sobre estruturas desse tipo, centralistas e burocratizadas, só podem se desenvolver relações sociais de militarização, submissão e dependência, que prefiguram as relações sociais numa sociedade de exploração.

A integração das comissões de fábrica, assim como de outras práticas autogestionárias, se dá pela destruição dessas instituições e práticas. Muitas vezes, se conserva o mesmo nome, mas para encobrir práticas absolutamente diversas.

Por isso, não é para o nome das organizações que devemos olhar. É para a sua estrutura interna e para as funções práticas que concretamente realizam. E isto não apenas num dado momento. É preciso ver, no processo de evolução das lutas, como estas organizações vão se desenvolvendo.

A DINÂMICA DO PROCESSO

Lutas reivindicativas e revolução

Como já foi colocado, a prática operária define-se numa contradição impossível de ser resolvida no capitalismo. De um lado a disciplina da fábrica, o proletariado *no* e *para* o capitalismo; por outro lado, as novas relações sociais desenvolvidas na luta direta. É o proletariado *contra* o capitalismo e enquanto fundamento do socialismo.

Enquanto houver capitalismo uma não se desenvolve sem a outra. A disciplina da fábrica suscita sempre as formas de luta. Ao mesmo tempo, as lutas operárias contribuem para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que, ou acelera o processo de extorsão da mais-valia relativa, ou leva o capital a entrar em crise e a inaugurar novo estágio nessa extorsão da mais-

valia relativa.

Nesse sentido, o proletariado não é apenas produtor da história, ele é também um produto da história, e evolui sempre, na medida em que se vai transformando historicamente esta contradição que define a prática operária.

Trata-se de uma contradição que se reproduz de forma sempre renovada. Vem daí o caráter fundamentalmente mutável das formas de luta e o fato dessa luta decorrer da própria condição de existência do proletariado.

Qual a possibilidade de essas lutas reivindicativas se transformarem em luta revolucionária contra o sistema capitalista? Ou ainda, que importância têm essas lutas para o avanço dos processos de transformação?

Penso que é este o nó do problema.

Os trabalhadores sujeitos à exploração reagem a ela espontaneamente com reivindicações econômicas que em si não põem em causa o sistema como um todo. No entanto, quando são os próprios trabalhadores a lutar diretamente, as formas de organização criadas para atingi-las entram em completo antagonismo com as formas vigentes de organização do trabalho na fábrica.

Por isso, não são as reivindicações em si mesmas que definem o radicalismo de uma luta. Não são os objetivos imediatamente colocados que são subversivos ou não. Uma luta é revolucionária quando cria relações sociais que permitem a

união dos trabalhadores. Quando viabiliza a associação de homens livres que é, ao mesmo tempo, forma de luta e condição da transformação social.

Quando os trabalhadores criam organizações onde podem decidir em conjunto os rumos da luta, realizar uma nova divisão do trabalho e formas comunitárias de existência, estão criando o terreno sobre o qual o socialismo pode se desenvolver e se generalizar.

Mas para que isto se dê em níveis cada vez mais amplos é preciso que sejam os próprios trabalhadores a lutar e não que as direções (sindicais, partidárias, comissões burocratizadas) façam isso em seu nome. Quando isto acontece, as relações igualitárias não se constituem praticamente e são as relações capitalistas que se reforçam.

A tecnologia capitalista realiza uma dupla determinação social: de um lado, o completo afastamento dos produtores da gestão e do conhecimento do processo de trabalho; de outro, impõe a todos uma igualdade básica que é a dos explorados.

Hoje, a divisão do trabalho produtivo já não se faz mais verticalmente como acontecia na produção artesanal entre o mestre e o aprendiz.

Agora, ela se faz de maneira horizontal, entre assalariados indiferenciados, onde cada qual executa uma parte do trabalho global. O produto não é mais obra de ninguém em particular, mas de todos juntos. É obra do trabalhador coletivo.

Essa igualdade tende a se atualizar sempre que a classe luta diretamente. Este é o fundamento lógico da concepção de autonomia operária que venho expondo.

Sendo a greve a forma mais imediata da luta proletária e, como muitas vezes, esta tende a desenvolver-se mediante a ocupação do local de trabalho e o controle da produção pelos operários, resulta daí um fator decisivo para o avanço revolucionário — no prosseguimento da luta, o proletariado tende a reorganizar a produção segundo os mesmos critérios igualitários e coletivistas.

A incidência dessas lutas sobre o processo de produção permite ao proletariado projetar uma transformação global da sociedade. As relações sociais de tipo novo constituem o modelo da nova sociedade.

São essas formas de luta que o capitalismo teme, pois é o único aspecto das lutas proletárias que ele não consegue integrar.

Por isso, utiliza-se de todos os meios para destruí-las: repressão direta através dos aparelhos policiais, ou indiretas, como a ação dos meios de comunicação, a divisão entre os trabalhadores, a burocratização de suas organizações, etc.

A luta por aumentos salariais, pelo fim do desemprego, contra a ditadura do capital na fábrica, quando direta e autônoma, permite aos trabalhadores chegar à compreensão do antagonismo que existe entre as relações sociais iguali-

No entanto, isto não quer dizer que cada operário seja um revolucionário de antemão. Os trabalhadores tornam-se revolucionários à medida que se integram nas lutas coletivas. Essa luta, por sua vez, é revolucionária não pelas características pessoais de cada um que dela participa, mas pelas formas de organização que desenvolve.

Se a classe operária é capaz de lutar direta e autonomamente, é também capaz de compreender essa luta e produzir a ideologia necessária ao seu desenvolvimento.

O fundamento da consciência revolucionária e da união do proletariado é a sua prática anticapitalista. É através dela que se toma consciência de que a luta não é só contra o patrão individualizado, mas contra todas as instituições capitalistas.

São as condições práticas concretas que permitem o avanço ou o recuo das lutas operárias e o desenvolvimento ou não da consciência revolucionária. A "inconsciência" das massas, que tantos criticam, nada mais expressa que os limites da sua prática num momento dado.

Quando não se coloca uma alternativa revolucionária, pode acontecer de a classe operária vir a reforçar as instituições capitalistas, procurando melhorar a sua situação imediata na sociedade existente. Por exemplo: quando aceita uma política de "colaboração de classes", de "salvação nacional", de "reconstrução da economia", quando desenvolve formas de controle da produção, cujo

objetivo é o bom funcionamento da empresa, etc. Mas quando decidem coletivamente, quando elegem elementos para executarem tarefas concretas e os controlam nas suas atribuições, estão desenvolvendo a prática da democracia operária e, assim, construindo uma nova sociedade.

São esses os dois movimentos nos quais o proletariado se insere. Todas as lutas proletárias têm de ser analisadas a partir desse aspecto contraditório.

A transformação das relações sociais de luta em novas relações sociais de produção

A constituição das novas relações sociais, que se realizam no aparecimento das organizações autônomas é, simultaneamente, a realização de formas embrionárias das relações de produção socialistas. Mas este processo não é linear e por isso não podemos pensá-lo segundo critérios monolíticos.

Quando os operários, no decorrer de uma luta, ocupam a fábrica, percebem de imediato que para sobreviver é necessário prosseguir com a produção.

Tratando-se de uma luta autodirigida, a tendência é a reorganização do processo de trabalho, segundo os mesmos critérios coletivistas e igualitários.

É este o sentido da tão famosa autogestão. Trata-se da expansão dos critérios proletários de luta para a reorganização do processo de trabalho.

A partir do momento em que a autogestão se inicia, se estabelece uma relação contraditória entre as relações igualitárias da luta e as capitalistas que continuam a existir no resto da sociedade.

Esta contradição impõe uma solução: ou são as novas relações sociais que se reproduzem generalizando-se, ou, ao contrário, é a disciplina da fábrica que impera.

Estes dois aspectos se articulam numa relação extremamente instável e o recuo ou o avanço do processo consiste no predomínio de uma dessas formas sobre a outra.

A força de uma definição, posso dizer que, enquanto radicalização das lutas autônomas, a autogestão significa serem os próprios trabalhadores a gerir a produção. É uma forma bastante avançada de luta, onde os operários se reapropriam do espaço e do tempo, redefinindo-os, destruindo as hierarquias, eliminando a dualidade dirigentes/ dirigidos, a divisão entre trabalho manual e intelectual.

Nesse sentido, você pode perceber que a autogestão implica uma ruptura aberta com todas as instituições capitalistas que estão fundadas no princípio da exploração/dominação.

As comissões de fábrica são as vias institucionais de realização da autogestão. Comissões de compo-

sição rotativa, fundadas na convicção regular e freqüente de plenários funcionando abertamente, eliminando o secretismo que caracteriza toda estrutura burocrática.

A medida que a autogestão se generaliza, saindo do nível de fábrica, passando ao regional, nacional e internacional, vai impondo uma nova sociedade, fundada numa tecnologia diferente, em unidades de produção novas, etc.

A autogestão é um ponto de partida para novos desdobramentos do processo de transformação social. É o ponto de partida para a supressão das classes sociais e das instituições onde a prática da exploração e opressão são vividas, a começar pelo Estado, já que o socialismo aponta para a sua destruição.

Autogestão operária e mercado capitalista

Quando os operários de uma empresa passam a gerir a produção, um dos primeiros obstáculos que encontram se refere ao fornecimento de matéria-prima. Isto se agrava quando o material é importado. A experiência tem mostrado que imediatamente eles sofrem o boicote dos capitalistas existentes, que passam a não lhes entregar a matéria-prima necessária.

Além disso existe o problema de falta de dinheiro

para adquiri-la. Quando isto acontece, os operários são obrigados a recorrer ao Estado para conseguir fundos. Este é o primeiro passo para a perda da autonomia conquistada no ato de ocupação da empresa.

Servindo-se dessa necessidade de dinheiro, o governo ou os donos do capital vão procurar enquadrar e controlar os operários, impondo-lhes restrições, metas e objetivos.

Outro problema não menos difícil de ser resolvido é o da distribuição dos produtos dessa empresa em autogestão. Muitas vezes ela não consegue competir com as empresas capitalistas do mercado.

Existindo uma situação revolucionária generalizada no país, é possível estabelecer um sistema de troca direta entre as fábricas em autogestão e entre a indústria e a agricultura.

Mas, se os processos são isolados, isto só é possível através do mercado capitalista. A pressão que ele exerce obriga a fábrica em autogestão a assumir formas capitalistas de gestão, para que tenha a rentabilidade e a competitividade necessárias.

A partir daí se impõem os critérios capitalistas fundados nos índices de produtividade e eficiência.

A volta a esses critérios acaba por determinar a apatia entre os trabalhadores e, assim, a burocratização das comissões de fábrica é inevitável. Quando não desaparecem, transformam-se em novos gestores do capital.

Foi o que aconteceu por exemplo, em Portugal, com várias empresas industriais e agrícolas que entraram em autogestão depois da queda do regime salazarista em 1974.

Em agosto de 1975, calculava-se que cerca de 308 empresas situadas na área urbana estavam em autogestão. No sul, região dos latifúndios, uma vasta área havia sido ocupada de forma coletiva por assalariados agrícolas, dando origem às Unidades Coletivas de Produção.

Em quase todos os casos, foi a solução encontrada pelos trabalhadores para evitar o desemprego. Naquela época, muitas empresas estavam sendo fechadas por serem deficitárias ou porque o patrão fugia com o dinheiro para o exterior, com medo do "comunismo".

Estas práticas autogestionárias teriam constituído forte ameaça ao capitalismo português se não tivessem ficado restritas a setores relativamente periféricos da economia. Elas ocorreram principalmente nos setores têxtil, gráfico, hotelaria e turismo. As iniciativas que surgiram no campo ficaram isoladas do resto do país e não tiveram outra escolha senão recorrer ao Estado.

A articulação entre os diferentes setores da economia era fundamental para criar uma autonomia real dessas empresas com relação ao capitalismo português, possibilitando a sua expansão para outros níveis da sociedade e mais, para além das fronteiras portuguesas.

No entanto, à medida que o capitalismo em Portugal se reorganizava com o conseqüente refluxo do movimento revolucionário, a situação dessas empresas tornava-se cada vez mais problemática. A dependência que mantinham das instituições capitalistas correspondia à fragilidade de um movimento que havia se generalizado, mas não se unificado, a ponto de criar uma rede de relações sociais fundadas nos critérios proletários de luta, e que fossem impondo a reorganização da sociedade global, num sentido socialista.

A experiência portuguesa, porque contemporânea, é de grande importância. Ela nos permite ver que um dos maiores entraves para o avanço dos processos revolucionários, hoje, é o mercado capitalista.

Quando as lutas permanecem isoladas, as experiências autogestionárias acabam por ele cercadas de todos os lados: pelo mercado de capitais, de crédito, de produtos acabados e, ainda, pelo mercado de meios de produção (maquinaria, sementes, adubos, etc.).

O internacionalismo das lutas surge neste contexto como um imperativo da própria prática e não como *slogan* ao qual se lança mão nas grandes datas comemorativas. A internacionalização da revolução não é uma necessidade a longo prazo, mas uma questão de sobrevivência imediata da revolução.

A autogestão, enquanto expressão da autonomia

da classe operária frente ao capitalismo, não pode ser vista como uma particularidade desta ou daquela empresa. Tampouco pode ser reduzida à solução provisória para tempos de crise.

Autogerir não significa apenas gerir de forma diferente um capital produtivo para que o seu produto venha a ser distribuído de maneira mais equitativa entre os trabalhadores.

As práticas autogestionárias têm de realizar uma alteração profunda ao nível das relações de trabalho, destruindo os processos de valorização do capital.

Ela não é um objetivo a ser atingido na sociedade capitalista. A autogestão é um meio de luta, através do qual os trabalhadores se conscientizam de que são capazes de gerir a produção, de criar novas formas de organização do trabalho, de colocarem em prática a democracia operária.

É preciso distinguir o movimento dos trabalhadores e as comissões que dele surgem, mas que se burocratizam sempre que o processo de luta não é ascendente. Apenas a permanência do movimento autônomo junto com a desagregação dos centros de poder — dois aspectos de um mesmo fenómeno — permite a sobrevivência e o avanço das práticas autogestionárias.

A legalização da luta operária

O Direito não reconhece a luta anticapitalista da classe trabalhadora. Não reconhece os movimentos autônomos, as ocupações de fábrica, a autogestão.

Quando, através de luta, a classe operária rompe com a lógica do capital, rompe no mesmo ato com as normas jurídicas estabelecidas. Por isso, a primeira preocupação das classes capitalistas é tentar enquadrar as lutas na legalidade vigente, especialmente quando a repressão policial não é a melhor solução.

Nesse sentido tentam de tudo. Procuram canalizar o movimento para dentro dos sindicatos reconhecidos pelo Estado e pelo patronato, procuram transformar as empresas autogeridas em cooperativas, ou, ainda, legalizar as comissões de fábrica, instituindo o controle operário.

Controle operário é quando um grupo de trabalhadores é reconhecido pela direção da empresa, transformando-se em co-gestor do capital. Trata-se do controle direto dos operários por ex-operários. É legalizado em quase todos os países desenvolvidos, independentemente da existência ou não de lutas.

O controle operário fundamenta-se na delegação de poder e não mais na ação direta. Elege-se delegados que vão representar os trabalhadores e

participar da administração de alguns problemas da empresa.

No geral, limitam-se às questões de ordem interna, mais diretamente ligadas aos problemas da mão-de-obra.

A separação dos delegados eleitos do conjunto dos trabalhadores é inevitável, pois eles não estão sujeitos ao controle das bases que dizem representar.

Por isso, acabam sempre constituindo um poder que se situa acima dos trabalhadores, recompondo a relação dirigentes/dirigidos que caracteriza toda sociedade de exploração.

Para que uma empresa autogerida se separe da lógica do lucro, inaugurando o processo de constituição do socialismo, não basta eleger representantes dos trabalhadores para participarem da administração.

Enquanto gerir significa tomar por si mesmo as decisões, na qualidade de pessoa ou coletividade soberana com pleno conhecimento das informações necessárias, controlar significa, apenas, supervisionar ou verificar as decisões tomadas por outras pessoas.

O controle operário implica numa limitação da soberania, onde alguns determinam os objetivos, e os restantes se esforçam para que sejam aplicados os métodos mais apropriados para os realizar.

A legalização da classe operária é uma das formas mais eficazes de desmobilizá-la. É sempre uma forma sutil de discipliná-la. Não podemos nos

esquecer de que toda a ordem jurídica capitalista é, do ponto de vista proletário, uma legitimação da violência. Violência da exploração econômica, do poder disciplinar, da moralidade imposta pelas classes dominantes, do saber veiculado pelos meios de comunicação, escolas, etc.

A luta autônoma do proletariado não é passível de ser legalizada, exatamente porque ela é a negação da ordem que o Direito configura.

A única prática proletária passível de ser enquadrada na ordem capitalista é a sua prática de "agente de produção", de reprodutora do capitalismo. É a classe organizada na fábrica pelo capital.

Autogestão e tecnologia

Tecnologia não é apenas máquina, técnicas ou teorias de racionalização dos processos de trabalho. Ela é antes de qualquer coisa a cristalização de relações sociais de produção muito precisas.

Cada modo de produção cria a sua própria tecnologia. O capitalismo desenvolveu uma que viesse atender suas necessidades de aumento de produtividade. Aumento de produtividade, no capitalismo, significa aumento da extorsão da mais-valia relativa. Esta se obtém através do aumento da quantidade de produtos fabricados em um mesmo espaço de tempo.

Respondendo às necessidades do capital, a tecnologia capitalista solidifica e reproduz de forma cada vez mais alargada a divisão entre trabalho manual e intelectual, aspectos indissolúveis do trabalho humano que inclusive o diferencia do trabalho animal.

Esta cisão entre o momento da concepção e o momento da execução do trabalho determina a separação entre os que planejam, organizam e decidem, e aqueles que apenas executam. Toda sociedade fundada na exploração reproduz essa cisão.

O processo de concentração de capital e a extraordinária massa de capitais, que a tecnologia contemporânea exige para cada empresa, acabaram por desenvolver as sociedades por ações e, desse modo, diversificar os níveis de propriedade e, em geral, por separar a propriedade da gestão.

Hoje, cada vez mais o tradicional capitalista particular se torna mero usufruidor com direito a uma parte dos lucros, mas inteiramente afastado da gestão.

São os tecnocratas, muitas vezes, separados da propriedade formal da empresa, que determinam o montante de mais-valia de que o capitalista particular poderá dispor. Isto confere um poder jamais imaginado aos detentores do saber técnico-administrativo, determinando modificações muito importantes na classe dominante.

A classe operária hoje não luta apenas contra a

burguesia privada. Luta também contra a tecnocracia.

Entendo por tecnocracia o conjunto de indivíduos que organizam as Condições Gerais de Produção (meios de transporte, meios de comunicação, sistemas energéticos, aparelhos repressivos, escolas que qualificam mão-de-obra para o capital, etc.). São ainda os indivíduos que dominam o saber técnico dos meios de produção e do processo de trabalho, do qual o produtor está afastado. Detém o saber técnico da gestão do processo de produção, do qual se afasta o proprietário privado na medida em que as forças produtivas se concentram.

No momento de constituição do modo de produção capitalista, a tecnocracia tinha a seu cargo fundamentalmente a organização das condições técnicas gerais do capitalismo.

A segunda revolução industrial — a automação — marcou uma nova forma de realização do capitalismo, caracterizada na forma de produção pelas concentrações monopolistas. No ritmo da produção, pela subordinação do cálculo da produção ao cálculo da distribuição (plano) e, na base material da produção, pela completa separação do produtor com relação ao processo de trabalho.

Tecnologicamente, começou o desenvolvimento acelerado das condições materiais gerais de produção. A unidade de produção particular é cada vez menos uma unidade tecnológica e se insere no processo técnico que abarca e integra todas as

indústrias capitalistas.

Esta separação dos produtores do processo de trabalho criou um vazio que foi preenchido pela tecnocracia que deu, assim, um salto muito importante, do campo das condições gerais de produção para o campo das unidades de produção particulares.

Viu dessa maneira aumentar o terreno de seu desenvolvimento social pelo reforço da importância das condições tecnológicas gerais.

Viu no mesmo movimento desenvolver-se a sua função social pelo preenchimento desta cisão entre o produtor e o processo de trabalho. Se até então contornava as unidades de produção particulares somente pelo lado das condições gerais de produção, penetra agora no próprio interior das unidades particulares, começando a fechar o cerco que as envolve.

Criou-se, nesta primeira fase, uma solidariedade de interesses entre os representantes sociais da nova forma de produção (monopolista) e os representantes sociais das condições gerais de produção e da nova base material da produção fundada na separação do produtor do processo de trabalho — a tecnocracia.

Ao nível das formas econômicas, a expressão dos interesses comuns destes dois grupos sociais vai ser o plano, ou seja, a subordinação do cálculo da produção ao cálculo da distribuição.

Num primeiro momento, o papel da tecnocracia era ainda reduzido. Devido à maneira como se

processou a evolução da base material do processo de produção, a tecnocracia existiu primeiramente na administração e não na gestão direta do processo de trabalho.

Tratava-se de uma forma ainda pouco desenvolvida da tecnocracia, muito diferente da que hoje conhecemos. Por estarem relativamente afastados do processo direto de trabalho, os tecnocratas permaneciam subordinados à condução dos grandes monopolistas.

Apenas nos estágios seguintes é que a base econômica determinou o desenvolvimento da contradição entre tecnocratas e proprietários privados, acabando por dar aos primeiros a direção no processo social capitalista.

No início o tecnocrata era um assalariado do proprietário particular e a ele subordinado, tanto em termos de retribuição como na forma de pensamento e na prática política e social.

Hoje, constituem a classe tendencialmente dominante, pois são os agentes sociais da passagem do capitalismo privado para o capitalismo de Estado, onde se assimilam à classe burguesa, reproduzindo-se em burguesia de Estado.

Todos esses fatores colocam em pauta a questão tecnológica. Quando a classe operária desenvolve relações de trabalho sob uma forma autogestionária, estas se revelam antagônicas ao sistema tecnológico existente e uma solução se impõe:

- ou a criação de nova tecnologia que reintegre o trabalhador no processo de trabalho, permitindo-lhe o controle e a gestão da produção e a partir daí de toda a vida social,
- ou a utilização da tecnologia capitalista que acabará por reproduzir de forma ainda mais extremada a exploração e a alienação que caracterizam o trabalho assalariado.

Não se trata de colocar de lado todas as conquistas até hoje acumuladas pelo homem. Trata-se de readaptá-las, transformá-las para que venham a ser a cristalização das relações sociais de produção socialistas.

Sabemos que uma tecnologia revolucionária determinada pelas novas relações de produção só poderá resultar de um processo coletivo e relativamente demorado. Até hoje, o ritmo da luta de classes não permitiu que isto ocorresse.

Enquanto a gestão da produção estiver nas mãos de uma parte da sociedade — dos competentes —, a utilização e a apropriação da riqueza produzida será privilégio desse grupo. Enquanto as funções de gestão e execução estiverem institucionalmente separadas, a exploração perdurará.

Pensar a sociedade autogestionária onde o coletivo social dos produtores tem o domínio sobre a produção, implica em pensar uma tecnologia que integre o trabalhador no processo de trabalho, tanto no que se refere à propriedade e ao nível

material desse processo, como à sua gestão e à sua integração nos sistemas de conhecimento.

Finalizando, quero dizer que não existe a menor possibilidade de compatibilizar a autogestão com o capitalismo, seja ele privado ou de Estado. O fato do governo Mitterrand, na França, tê-la colocado em seu programa eleitoral reflete a tentativa de reduzi-la a mera técnica de organização da força-de-trabalho, camuflando suas potencialidades revolucionárias.

Ao mesmo tempo, mostra que, na atualidade, as lutas que intervêm direta ou indiretamente nas questões de gestão do processo produtivo é um fato. Até as classes capitalistas e os governantes são obrigados a reconhecer sua existência.

A autogestão no entanto só é possível enquanto desagregação permanente do Estado e de todas as instituições capitalistas.

AUTONOMIA OPERÁRIA E PARTIDOS POLÍTICOS

A partir da segunda metade do século XIX, o proletariado começou a se organizar em torno das suas instituições unificadoras que eram os sindicatos da época. A Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, com sede em Londres, expressava esta nova realidade. Propunha a unificação mundial dessas organizações criadas na luta de fábrica.

Esses sindicatos nada tinham a ver com os que hoje conhecemos por esse nome. Eram organizações anticapitalistas e não estruturas burocráticas de integração das lutas no capitalismo.

O esmagamento da Comuna de Paris em 1871, e a enorme repressão desencadeada sobre o proletariado, coincidindo com o aparecimento dos primeiros monopólios e o desenvolvimento de uma classe de gestores tecnocratas, foram fatores que

viabilizaram o surgimento dos partidos operários.

Intitulavam-se operários porque integravam em suas fileiras massas operárias. Apenas nesse sentido, pois nas suas funções eram idênticos aos partidos burgueses. Propunham o controle e a gestão do aparelho de Estado separado das massas produtoras que dele permaneciam afastadas.

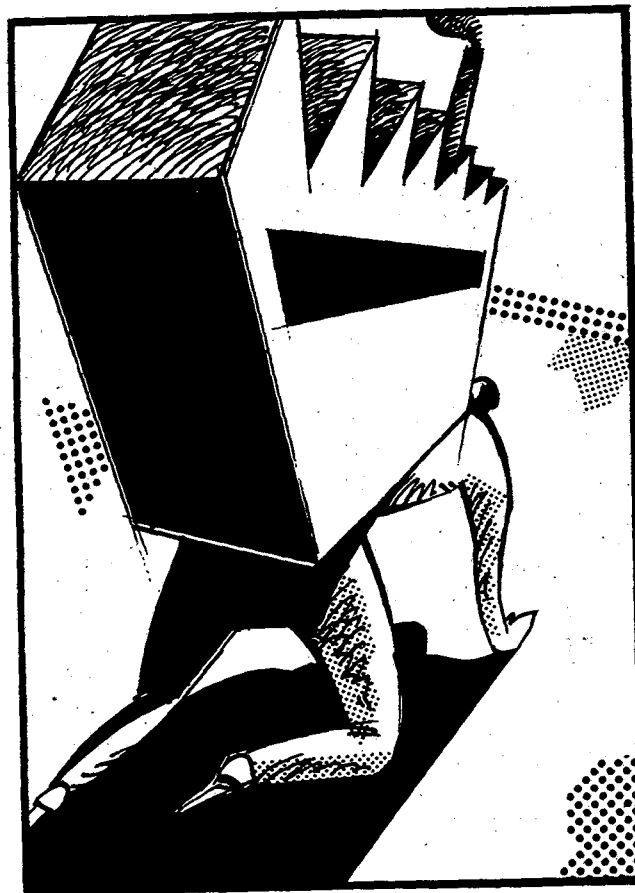
Esses partidos se desenvolveram por toda a Europa e também em países como Estados Unidos e Austrália, por exemplo.

A partir de 1899, passaram a se agrupar no que se chamou a II Internacional dos Trabalhadores. Esta existiu até o início da 1ª Guerra Mundial em 1914. Foi a época de glória do reformismo social.

O partido mais importante dessa organização internacional era o Partido Social-Democrata alemão que tinha o maior número de filiados e contava com o fato de ter tido o apoio de Marx e Engels na época em que foi fundado. Tinha como grande ideólogo Karl Kautsky, um dos primeiros a divulgar a obra de Marx na Alemanha. A influência de suas idéias era considerável.

Em termos gerais, podemos dizer que os partidos que hoje conhecemos como sendo de esquerda nasceram todos daí. Todos eles de uma forma ou de outra mantêm-se presos àquilo que foi o eixo da ideologia da II Internacional, enquanto linha dominante.

Trata-se da clássica separação entre o político e o econômico, onde a não-gestão da economia pelos



A disciplina da fábrica implica a completa obediência e submissão do operário...

produtores se articula com a não-gestão do social, do político.

Essa separação torna impossível a extinção do político que decorre precisamente da fusão desses dois níveis. O socialismo só pode ser entendido enquanto extinção do político, que se realiza pela gestão cada vez mais direta dos produtores sobre a economia e sobre toda a vida social, em geral.

Se dá pela eliminação dos intermediários no plano econômico (os tecnocratas e capitalistas particulares) e também dos intermediários na gestão do social (os políticos profissionais).

É utópico pensar que o proletariado possa deter o poder político de forma cada vez mais direta, sem deter pelo mesmo processo de gestão direta o poder econômico.

Manter a cisão entre os níveis político e econômico é impedir que as novas instituições, nas quais se realizaria a extinção do político, se constituam em novas relações de produção.

Impedindo a realização dessas novas relações, impede-se o desenvolvimento do novo modo de produção. Ainda, reproduzindo estas categorias do capitalismo, se reproduz esse modo de produção.

O eixo da ideologia da II Internacional, que está na base dos partidos políticos de esquerda, define-se nesta simetria entre a não-gestão do econômico e a não-gestão do político pelo conjunto organizado da classe trabalhadora.

Esse sistema realiza ideologicamente os inte-

resses da tecnocracia que se pensa então, não só como classe econômica, mas como grupo político autônomo aspirando à direção do processo social. Daí todos esses partidos julgarem-se únicos.

Na prática, a reprodução da cisão econômico-política funde institucionalmente o partido e o poder político. Nesse processo cria-se o terreno onde os tecnocratas vão se reproduzir em opressores no campo político, enquanto classe capitalista do Estado, na medida em que é detentora dos meios de produção através do aparelho estatal.

Privilegiam um elemento do todo social, as forças produtivas (tecnologia no sentido amplo), como sendo o elemento básico para a passagem do capitalismo para o socialismo. Reforçam dessa maneira o papel social dos tecnocratas, cuja razão de ser decorre precisamente desse desenvolvimento tecnológico.

Simultaneamente, defendem a representação por delegação de poder no partido, perpetuando-se os políticos profissionais. É quando se elimina qualquer possibilidade de ação direta contra o capitalismo.

Por outro lado, a concepção de vanguarda desenvolvida por Kautsky, e retomada por Lenin em seu famoso livro *Que Fazer?*, fundamenta-se na negação de uma prática proletária anticapitalista.

Em outras palavras, o proletariado é entendido apenas enquanto "agente da produção", cuja prática se reduz à criação de lucro, o que implica

na reprodução sem fim do capitalismo como um todo.

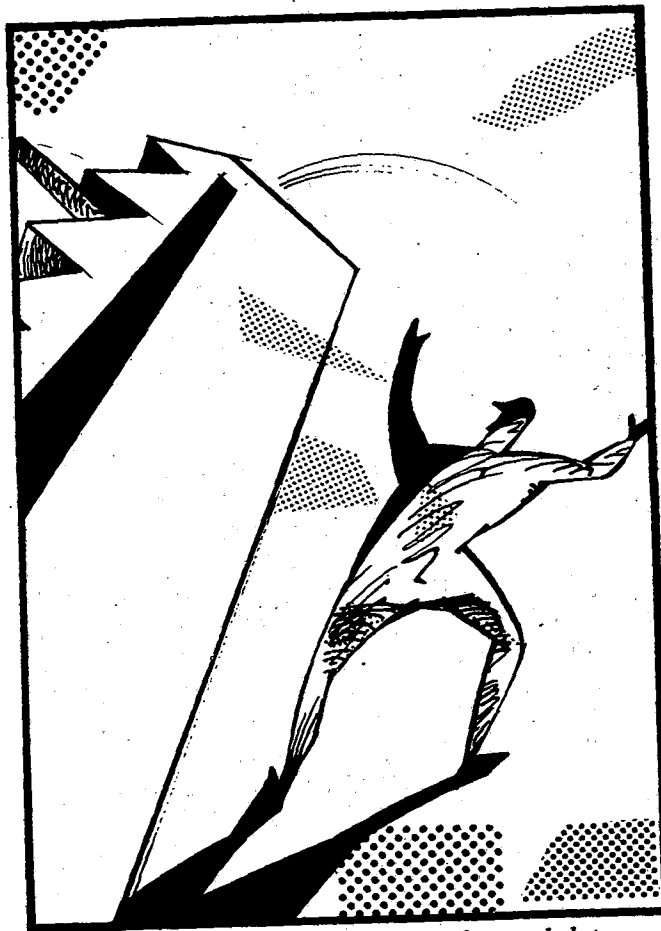
Ora, se a classe operária por si só não é capaz de lutar contra o capitalismo não é também capaz de pensar essa luta. Segundo Lenin, a consciência revolucionária depende do conhecimento das leis da história, da economia e filosofia; conhecimentos aos quais a classe operária não tem acesso.

Partindo desse esquema lógico, torna-se legítima a formulação de uma visão crítica global, exterior à prática proletária — a teoria, o socialismo científico —, fruto do esforço de intelectuais pertencentes à pequena burguesia. Justifica-se então a necessidade de introduzir de fora a teoria no movimento operário, atribuindo-se ao partido um lugar preponderante nesse processo.

O partido aparece como o guardião da verdade operária. Aquele que deve dirigi-la e organizá-la tendo em vista fazê-la compreender sua "missão histórica" — a construção do socialismo.

Vem daí a pretensão dos vanguardistas de querer fazer a cabeça da massa, segundo os princípios doutrinários do partido. E mais, de querer subordinar a prática proletária àquilo que o partido define como sendo o caminho correto.

Como isto é muito difícil, esses partidos são sempre minoritários. Os que ainda têm certa audiência operária funcionam mais como partidos interclassistas do que propriamente operários. É o caso dos partidos socialistas e comunistas europeus,



A disciplina da fábrica suscita sempre formas de luta ...

que já eliminaram de seus programas a revolução social.

Por outro lado, na medida em que exigem uma homogeneização de pensamento entre seus militantes, as autocríticas constantes e os expurgos caracterizam todos os partidos que se reivindicam leninistas.

Privilegiar a ação da vanguarda em detrimento da ação da classe é negar a potencialidade revolucionária do proletariado. Vem reforçar a idéia de que a sociedade tem necessariamente de estar dividida em dirigentes e dirigidos. Que a classe operária sem tutela nada pode fazer.

Se você considerar a história, verá que essas idéias *sempre* foram utilizadas para justificar todas as práticas de exploração/dominação, desde a escravidão até a opressão feminina.

Quando se põe em dúvida a capacidade da classe operária de emancipar-se por si só, imediatamente, se põe em dúvida a sua capacidade de gerir a economia na sociedade que se pretende construir. Nesta perspectiva, o socialismo se torna muito difícil, senão impossível.

Freqüentemente, se identifica a autonomia operária com espontaneísmo, este entendido como linha política e não como ação da classe.

Falar em espontaneísmo é reconhecer que o proletariado luta independentemente dos partidos políticos e das vanguardas. Ele luta porque é impossível não lutar. Ele sabe que se não o fizer

pode ser corroído pela miséria. Tivemos a tragédia da Vila Socó em Cubatão, a confirmar, onde centenas de pessoas morreram em decorrência da precariedade das instalações de oleodutos da Petrobrás.

Na verdade, espontaneísmo ou organização é um debate inútil e já ultrapassado. Não há luta sem organização.

A questão fundamental é não confundir organização com burocracia, tampouco unidade de prática com centralismo democrático.

As críticas aqui desenvolvidas não se limitam aos partidos leninistas. Elas se estendem a todo e qualquer partido político. Mesmo aqueles que se dizem democráticos e cuja função não seria dirigir as massas, mas unificar os diversos movimentos sociais. Ou, ainda, aqueles que não pretendem tomar o Estado de assalto, mas conquistar espaços nas instituições capitalistas, especialmente no parlamento.

Do ponto de vista da autonomia dos movimentos, não se trata de conquistar espaços no terreno das classes dominantes, mas de destruí-los, criando simultaneamente novas instituições fundadas na democracia direta.

Aquele que, em vez de lutar contra o Estado, dele participa, reforça e legitima as condições de existência do capitalismo.

Toda prática partidária se funda na representação por delegação de poder.

Mas o que é o poder? O poder ou você tem ou não tem. E quando você o delega deixa de tê-lo.

Essa idéia de delegação de poder não tem nenhum sentido. A burguesia é que assenta as suas estruturas de poder nesta ideologia, especialmente, a burguesia parlamentarista.

Que controle temos sobre a atuação dos que foram eleitos para participar do governo e que dizem nos representar? Nenhum.

Os que foram eleitos para participar do governo — e que dizem nos representar —, que controle temos sobre a sua atuação? Que contas eles nos prestam? Nenhuma.

Só tem sentido falar de representação quando os representados têm controle efetivo da ação de seus representantes.

Representantes dos trabalhadores são as comissões de fábrica, os comitês de moradores, criados pela base e por elas controlados.

Apenas nas organizações resultantes da ação direta e fundadas na revogabilidade permanente dos que foram eleitos, é possível garantir a participação e o exercício da decisão por todos e não por uma minoria que tende a se perpetuar enquanto tal.

É possível se utilizar dos partidos sem que seja necessário filiar-se e submeter-se aos programas elaborados pelos "intelectuais orgânicos" da classe trabalhadora.

Em momentos de refluxo do movimento social,

os trabalhadores tendem a recorrer aos partidos para conseguir determinadas melhorias imediatas.

Mas a história está plena de exemplos; quando as lutas se desenvolvem, os partidos são rapidamente ultrapassados, porque a classe já não está mais lutando no campo capitalista. Está desenvolvendo as suas próprias organizações.

A idéia de que apenas através do partido a classe operária tem condições de participar politicamente e de que negar a prática partidária leva ao imobilismo é dizer que apenas os seus representantes — os competentes — são capazes de colocá-la na cena política. É considerá-la "menor de idade", incapaz de se apresentar, tendo que se fazer representar.

Não se trata de reformar os partidos, tampouco de construir um partido "tal como deveria ser". Mesmo este é, por definição, um órgão que se pretende substituto da prática operária. Aquele que tende a substituí-la tanto na direção da luta como na gestão da nova sociedade.

Em meu entender, a questão que se coloca é a seguinte: quem vai gerir a produção depois que as classes capitalistas forem derrotadas? Os gestores tecnocratas e os políticos transformados em nova e única classe dominante? Ou o conjunto auto-organizado dos trabalhadores?

Se acreditamos que são os produtores auto-organizados, temos que admitir que isto só será possível existindo as condições institucionais

básicas: as organizações de gestão e controle da produção. E mais, se os trabalhadores, no decorrer da luta, já tiverem vivido a experiência da auto-organização, a autogestão econômica e social é o único caminho a seguir.

Por outro lado, dizer que o partido unifica as lutas é prosseguir numa grande confusão. O partido só pode unificar pessoas através da prática que dentro dele se desenvolve. Nunca poderá unificar movimentos externos a ele.

Os defensores da prática partidária consideram os trabalhadores mais combativos como elementos a serem preservados no partido em "conserva", como se a vanguarda fosse os indivíduos e não a sua situação social (proletários).

Os indivíduos não são revolucionários pelas idéias que divulgam, mas pela prática que desenvolvem. O operário é revolucionário na medida que se integra nas lutas coletivas e passa a pensar sua prática nesse nível.

Mas fazer a crítica aos partidos não basta. É preciso compreender a relativa importância que estes tiveram na história do movimento operário. Compreender o ponto através do qual se estabeleceu uma convergência de interesses entre setores do proletariado e os defensores da ação partidária.

Trata-se de questões bastante complexas que vou apenas referir.

Em primeiro lugar, os partidos políticos de esquerda, utilizando um discurso ambíguo onde

socialização dos meios de produção aparece como sinônimo de estatização e o fim do capitalismo como eliminação da propriedade privada, procuram integrar de forma subordinada os explorados no campo ideológico dos novos exploradores — os gestores tecnocratas do capital estatizado.

Identificar a estrutura do modo de produção capitalista com a vigência das leis do mercado concorrencial. Estabelecer que o desaparecimento desse mercado significa o desaparecimento do modo de produção como um todo é produzir um campo de convergência ideológica entre os que pretendem pôr fim a toda e qualquer exploração e os que pensam apenas realizá-la sob uma nova forma — o capitalismo de Estado.

Um dos pontos através do qual esta ambigüidade se estrutura é a questão do *plano*. Plano é um cálculo elaborado em conjunto e anterior à realização dos fenômenos.

Mas o que importa definir, é quem elabora o plano, quem o determina.

Temos que saber se é uma planificação elaborada pelo conjunto dos trabalhadores auto-organizados e cuja realização se dá sob seu controle direto. Ou se estamos falando de um planejamento resultante da ação de tecnocratas e políticos que, separados dos trabalhadores, definem antecipadamente os interesses de todos?

Muitos que se proclamam marxistas-leninistas, nas suas mais variadas versões, confundem o

aspecto jurídico das relações de propriedade (propriedade coletiva de Estado, propriedade capitalista privada) com o aspecto infra-estrutural das relações de produção (socialistas, capitalistas).

Deduzindo da propriedade de Estado as relações de produção socialistas é possível afirmar que, se existe propriedade de Estado e planificação da economia, existe socialismo.

No entanto, é a própria lógica do desenvolvimento capitalista que determina a concentração da propriedade e do capital mediante o aparelho de Estado.

Além disso, a planificação da economia foi uma exigência do próprio capitalismo, quando surgiram as primeiras concentrações monopolistas.

É o desenvolvimento tecnológico capitalista que, acelerando cada vez mais a integração das unidades particulares de produção e destas com as condições gerais de produção, permite a anterioridade do cálculo na produção com relação ao cálculo de distribuição.

Muitas correntes de pensamento marxista-leninista e social-democrata apresentam o plano como uma forma de controle social sobre a produção. Pretendem fazer crer que a classe proletária teria o controle da estrutura econômica, eliminando, desta forma, a anarquia da produção capitalista e realizando uma produção voltada para a satisfação das necessidades sociais.

Mas aqui esbarramos novamente na questão

tecnológica.

A tecnologia criada no capitalismo se fundamenta na lei do valor. O desenvolvimento técnico-científico decorre da necessidade de um tempo de trabalho sempre mínimo. Nesse sentido, o avanço das forças produtivas é o avanço de um sistema de mecanização que, pelo seu próprio princípio fundamental, afasta os produtores de qualquer forma de conhecimento do meio de trabalho e do processo de produção.

Não é preciso dizer que, sem conhecimento do processo de produção, não poderá haver controle, nem apropriação do produzido pelo produtor.

A partir da tecnologia capitalista a sociedade não poderá nunca autocontrolar-se. O controle social só pode existir em uma sociedade não dividida pelos antagonismos. Caso contrário, a forma de controle será sempre de uma parte da sociedade sobre a outra.

Enquanto o controle da produção estiver nas mãos de uma parcela da sociedade — dos competentes —, a utilização da mais-valia será privilégio desse grupo.

Por outro lado, se o desenvolvimento da tecnologia capitalista aumenta a cooperação entre os trabalhadores, porque submete um grande número de operários por unidades de produção sempre maiores, e integradas entre si, esse trabalho só é social no sentido em que o eram o dos escravos

que construíram as pirâmides do Egito, ou ainda o trabalho de prisioneiros condenados a trabalhos forçados.

Não é um trabalho social socialista, porque a cisão entre o homem e a técnica não foi abolida, tampouco as relações de exploração.

Enquanto as funções de gestão e execução estiverem separadas em instituições distintas, a exploração perdurará. Que o gestor tecnocrata receba a porção de mais-valia que lhe cabe do capitalista tradicional, ou que ela lhe chegue através do controle do aparelho de Estado, proprietário dos meios de produção, isso só altera a forma jurídica pela qual a exploração se realiza.

Pensar o plano a partir da tecnologia capitalista é querer estender o controle dos gestores a toda vida social, que vêm no desenvolvimento acelerado das forças produtivas o futuro brilhante da sua existência de classe.

Pensar a sociedade socialista enquanto dominância do coletivo dos produtores sobre a economia, é pensar o plano como decorrente das relações sociais igualitárias que os proletários estabelecem na sua prática de luta.

É pensar a produção determinada por essas relações e uma tecnologia que seja a expressão material dessa dominância do social sobre o econômico.

Só podemos falar de dominância do social sobre a produção quando o critério desta não for

mais o tempo de trabalho que deixa de funcionar como elemento contabilístico básico. Quando o valor de uso social, ou seja, seu valor, não para indivíduos particulares, mas a sua institucionalização social, for o critério fundamental e dominante.

Trata-se do que um autor autonomista, João Bernardo, chamou em seu livro *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*, Lei do Institucional. Seria a lei nuclear do modo de produção comunista, em torno da qual se desenvolveria a nova sociedade.

Neste texto utilizo a palavra socialismo, e não comunismo, devido à associação quase imediata que se faz entre a última e o sistema vigente na União Soviética.

Mas o que importa ressaltar é que, se persiste a cisão entre os produtores e reprodutores de riqueza por um lado e os que dela se apropriam e decidem sobre a sua utilização, a exploração é uma evidência. Que isto seja feito de forma planificada não muda nada.

Plano é uma palavra vaga que pouco esclarece. Ela pode encobrir sob a mesma forma terminológica interesses de classes antagônicos e projetos contraditórios de sociedade. Outro problema que está na base desta ambigüidade é a questão da propriedade social. Qual o sentido desse social?

Uma coisa é eliminar a apropriação dos meios de produção por uma minoria, estendendo essa

apropriação a todos os indivíduos produtores. Se a propriedade dos meios de produção é estendida a toda a sociedade, é a própria noção de propriedade que perde o sentido.

Ao contrário, se a apropriação dos meios de produção permanece privada — privada de uma minoria —, mas sob forma coletiva, a exploração se reproduz. No caso, trata-se da apropriação da riqueza produzida pelo conjunto dos gestores de Estado.

Engels, conhecido teórico do socialismo, já dizia que a transformação dos meios de produção em sociedades por ações ou em propriedade do Estado não lhes retira a qualidade de capital.

O Estado é um elemento-chave na reprodução do capital. Na medida que a economia passa a estar sob seu controle, o capitalismo, ao contrário de ser suprimido, é levado ao extremo.

No entanto, são muitos os que acreditam ser possível usar o Estado como instrumento de libertação dos trabalhadores.

Julgar ser possível uma sociedade igualitária com ministros, políticos e técnicos competentes a zelarem pelos interesses dos trabalhadores.

Mas, como?

O Estado só emancipa os gestores tecnocratas, os burocratas, as cúpulas dos partidos aspirantes a nossos chefes.

A propriedade estatal dos meios de produção confere aos gestores ou capitalistas de Estado a

propriedade coletiva (coletiva dessa classe, entenda-se), sem que os mesmos sejam socializados entre o conjunto dos trabalhadores.

Dessa forma, o fim da propriedade particular burguesa não é o fim do capitalismo, mas a realização do capitalismo de Estado.

É a reprodução da separação dos produtores dos meios de produção e do produto final do trabalho.

Admitindo que nenhum partido pode governar pelos trabalhadores, mas apenas sobre eles e contra eles. Se nenhum poder que não é exercido por nós é exercido sobre nós, não basta trocar os patrões privados pelo Estado-Patrão.

Esta ambigüidade do movimento operário, que permitiu pontos de convergência entre o proletariado e os defensores do capitalismo de Estado, não decorreu de ingenuidade das massas trabalhadoras.

Na verdade, as palavras nada distinguem onde a prática social não realizou diferenças primeiro. Por exemplo: foram necessários muitos anos de experiência para que pudéssemos entender a diferença fundamental entre socialização dos meios de produção e estatização, entre propriedade social e propriedade de Estado.

A existência de grupos de resistência e luta na União Soviética, a luta dos trabalhadores poloneses organizados no Solidariedade, a crescente intervenção do Estado na economia dos países do chamado mundo livre não permitem mais dúvidas.

A sociedade socialista hoje só pode ser pensada a partir da extinção do Estado que se realiza pela gestão cada vez mais direta do conjunto dos produtores sobre a economia e toda a vida social.

Pela eliminação dos intermediários ao nível econômico (os gestores tecnocratas e os capitalistas particulares) e os intermediários na gestão do social (os políticos profissionais).

A construção do socialismo implica na destruição do partido, pois significa o fim da cisão entre o político e o econômico.

A alternativa me parece clara: ou os trabalhadores gerem diretamente a economia e o nível político extinguindo os intermediários. Criam nesse processo as novas instituições sociais que constituem as condições de desenvolvimento do socialismo. Ou a cisão permanece desenvolvendo-se num processo que reconstitui o modo de produção capitalista em novos moldes, o capitalismo de Estado.

Defender a teoria da vanguarda, hoje, é defender a subordinação do movimento operário ao controle ideológico e organizativo da tecnocracia e dos especialistas da política, aspirantes à nova e única classe dominante.

Quando o conjunto dos trabalhadores de uma empresa ou o conjunto dos moradores de um bairro lutam e decidem coletivamente as suas questões, eles mantêm em mãos o poder de decisão, desenvolvendo a sua coesão e a sua cons-

ciência revolucionária.

Desenvolvem nesse ato suas organizações: as comissões autônomas, de composição rotativa, com revogabilidade de cargos, tendo a assembléia geral como eixo das decisões. É preciso dizer que assembléia geral só tem sentido quando precedida de amplas discussões setoriais, regionais, etc. Não se pode decidir sobre algo que se desconhece. A circulação de informações é a garantia da democracia operária.

Decidir em assembléia geral é muito mais que levantar ou abaixar o braço. É tomar resoluções, definir linhas de ação, com total conhecimento das dificuldades, das alternativas possíveis, e dos objetivos que se pretende atingir.

É nesse processo que o proletariado, pólo explorado da contradição social, se constitui em sujeito da transformação, redefinindo-se de explorado em não-explorado.

Dessa forma, perde todo o sentido a expressão "ditadura do proletariado", pois, no processo de desenvolvimento da autonomia operária, o proletariado se elimina enquanto classe. Elimina o nível político porque destrói a representatividade por delegação de poder.

O fim da classe operária não é um objetivo a ser atingido no novo modo de produção. Ao contrário, ele se processa desde o início da luta.

Assim, perde também sentido a problemática da fase de transição.

Concebida como uma espécie de ponte que permitiria a passagem para o comunismo, tem servido para legitimar a reprodução das desigualdades típicas das sociedades de exploração.

As relações socialistas vigoram de imediato no terreno resultante da resolução da contradição capital/trabalho. A forma de realização dessas novas relações de produção é o conjunto organizado das comissões de fábrica, cuja defesa só pode resultar do armamento geral dos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho e moradia.

Apenas nas mãos dos interessados as armas podem defender a democracia.

A resolução da contradição capital/trabalho significa o fim da apropriação do trabalho pelo capital, resultando daí a abolição da lei dessa apropriação — a lei do valor.

AUTONOMIA OPERÁRIA E SINDICATO

O sindicato, tal como o conhecemos hoje, já não é mais a organização dos trabalhadores na luta contra a exploração. No mundo contemporâneo ele passou a ser a grande instituição de enquadramento dos trabalhadores na dinâmica do capitalismo.

Trata-se de uma função estrutural e não se pode confundir-la com o fato de algumas direções sindicais serem mais ou menos combativas, ou mais ou menos "pelegas".

Quando o capitalismo entrou na sua fase monopolista, a planificação da economia tornou-se uma exigência prática.

Os capitalistas criaram seus órgãos de planificação dos aspectos da produção e da circulação dos produtos. Em seguida, surgiu a necessidade de se planificar a distribuição da mão-de-obra, e o

seu nível salarial. Esses organismos são os sindicatos de hoje.

O sindicato é freqüentemente entendido como a organização dos trabalhadores na defesa de seus salários. Enquanto as classes capitalistas procuram aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores, os sindicatos procuram muitas vezes, reduzi-la com aumentos salariais.

Quando isso acontece podemos dizer que em termos de mais-valia absoluta (aumento da jornada de trabalho, redução dos salários) o sindicato está defendendo os trabalhadores.

Mas em termos de mais-valia relativa (modernização da maquinaria, aumento da intensidade do trabalho), os sindicatos sempre acabam cedendo aos interesses do capital.

Se a reprodução do capital assenta no aumento permanente da produtividade, na passagem constante da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, temos que os objetivos últimos dos sindicatos são coincidentes com os do capitalismo.

A tão falada Contratação Coletiva do Trabalho (CTT) é um dos aspectos mais importantes da integração do sindicato no capitalismo. O que esses contratos têm de novo não são propriamente os eventuais aumentos salariais mas sim o fato desses aumentos ocorrerem numa mesma época do ano e constituírem um compromisso do sindicato de não lutar por um certo período de tempo.

Nesse sentido, os CTTs constituem um elemento



Uma luta é revolucionária quando cria relações sociais que permitem a união dos trabalhadores...

da planificação da força-de-trabalho, pouco servindo para a luta do proletariado contra a exploração.

No capitalismo que se desenvolve sob influência norte-americana os sindicatos são parte integrante da luta do setor II da produção (bens de consumo) contra o setor I (matérias-primas, meios de produção e bens de equipamento).

Os capitalistas do setor de consumo têm todo o interesse em aumentar a capacidade de compra dos trabalhadores, uma vez que necessitam da permanente expansão do mercado de consumo particular.

São os capitalistas ligados ao setor I que têm interesse em baixar absolutamente os salários. É lógico que, na sua generalidade, todos os capitalistas, sem exceção, têm como objetivo diminuir o valor da força-de-trabalho.

No entanto, podemos dizer que existe uma divergência de interesses entre os capitalistas pertencentes aos dois setores. Estas divergências tendem a se acentuar em momentos de crise econômica e os sindicatos sempre aparecem ao lado das empresas do setor II.

Um exemplo disso podemos encontrar na Alemanha em 1933, quando as empresas do Setor I e a tecnocracia a ela ligada (nazista) tomam o poder absoluto contra as empresas produtoras de bens de consumo e contra os sindicatos controlados pela social-democracia.

Essa divergência entre setores da classe dominante

deve ser vista de maneira dinâmica, pois, a partir de um certo nível, o próprio setor I tem interesses idênticos ao setor II, uma vez que este constitui um mercado de seus produtos.

O importante nesta separação, sem dúvida simplificada, é o fato de nos permitir ver o ponto através do qual o sindicato realiza os interesses do capitalismo.

Em países de capitalismo de Estado, como China, União Soviética, Polônia, os sindicatos são completamente diferentes. Integrados no aparelho de Estado, suas funções são meramente repressivas.

Nos países desenvolvidos que compõem o chamado mundo ocidental, a importância das indústrias voltadas para o consumo particular (alimentação, vestuário, eletrodomésticos, etc.) determina a necessidade de uma reavaliação constante dos salários e é preciso que as disputas e as movimentações operárias não ultrapassem os limites consentidos pelos capitalistas.

São os sindicatos que procuram controlar os trabalhadores, canalizando as suas lutas para que não sejam nada mais do que a periódica expansão do mercado de consumo particular.

No Brasil, onde a heterogeneidade da mão-de-obra é muito acentuada, o nível de sindicalização baixo e a economia não está voltada para o desenvolvimento de um mercado de consumo particular expressivo, o sindicato tem funcionado mais como órgão de retenção das lutas e, eventualmente,

assistencialista.

Não é por acaso que quando a classe operária luta diretamente o faz fora do sindicato. Cria novas organizações como fundo de greve, comissão de fábrica, comitês de greve, organizações estas que muitos dirigentes sindicais demagogicamente chamam de paralelas.

No entanto, não pode haver paralelismo entre organizações que se opõem.

Sindicato vertical, burocratizado, organizado por categorias profissionais, atrelado ao Estado, "autêntico" ou não (os adjetivos em si nada definem), e comissões de fábrica fundadas na ação direta não seguem caminhos paralelos. Tampouco perseguem os mesmos objetivos.

Só pode haver paralelismo entre estruturas semelhantes. Caso contrário, o que existe é antagonismo, onde o desenvolvimento de uma implica na assimilação/destruição da outra.

São muitos os que defendem a subordinação das comissões de fábrica ao sindicato. Mas isto no Brasil significa subordiná-las diretamente ao Estado, uma vez que o sindicato é atrelado a ele.

Por outro lado, é utópico acreditar que leis e decretos possam garantir a sobrevivência de comissões de fábrica combativas. Uma comissão tem que ter o reconhecimento dos trabalhadores que a elegeu. É daí que vem sua legitimidade e sua força.

Uma comissão que solicita o reconhecimento do

Estado só pode estar desprovida de base operária. Ao inimigo não se pede legitimidade. O inimigo se combate. Por outro lado, de nada adianta lutar por um sindicato desatrelado do Estado se a sua forma de organização permanecer hierárquica e burocrática. Se o conjunto dos trabalhadores permanecer afastado dos processos decisórios. Se não existirem mecanismos de controle direto dos operários sobre a ação de seus representantes eleitos.

Nos países desenvolvidos os sindicatos são livres, no sentido de que não estão atrelados ao Estado juridicamente. Mas, nem por isso, esses sindicatos defendem os interesses reais dos trabalhadores.

O papel integrador dos sindicatos, que venho apontando, se reflete na forma como se organizam internamente. Com seus presidentes, diretores, secretários, tesoureiros reproduzem a mesma forma de organização existente em qualquer empresa capitalista.

Apesar de os dirigentes sindicais serem de origem operária, acabam defendendo os interesses da organização em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, porque se afastam do trabalho cotidiano da fábrica.

Os funcionários sindicais já não são mais explorados pelos capitalistas. Não são ameaçados pelo desemprego. Sentam-se em seus gabinetes ocupando cargos relativamente estáveis. Preocupam-se com

o bom andamento da organização que dirigem e controlam.

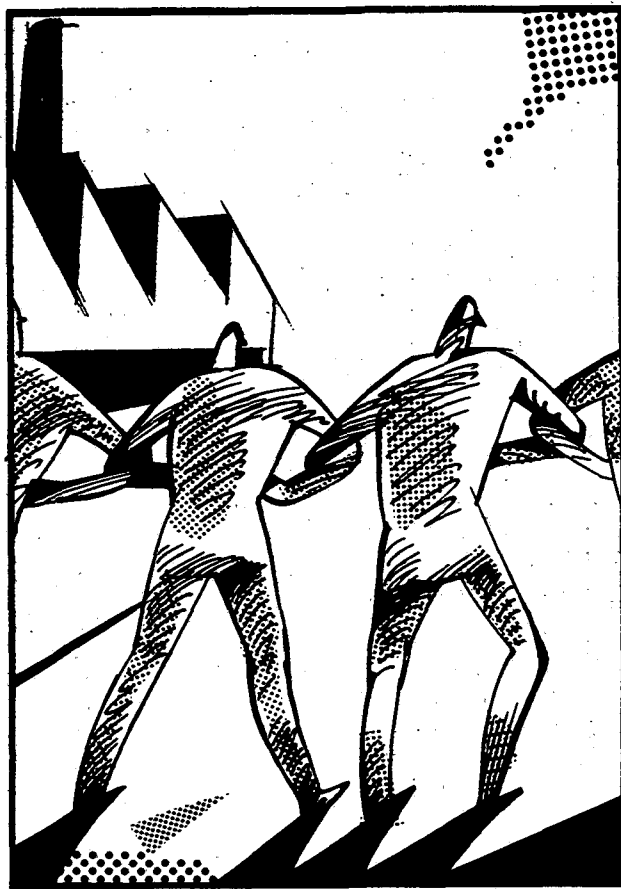
Nos países industrializados, o sindicato transformou-se em patrão. Na República Federal Alemã, foi praticamente a totalidade do aparelho sindical. Em 1974, a central sindical criou uma companhia *holding* para controlar a maior parte das empresas que possui.

Os acionistas das empresas são os próprios sindicatos e as cooperativas de consumo por estes controladas. Seus administradores são diretamente nomeados pelas direções sindicais e não são operários. Ao contrário, são tecnocratas.

Enquanto grupo econômico, essas empresas empregavam, em 1982, 40.000 assalariados. Os dividendos e juros recebidos em 1977 foram superiores a 5,4 bilhões de marcos (equivalente, na época, a 2,2 bilhões de dólares), sendo o seu ativo de 25 bilhões de dólares.

Em Israel, a central sindical é o segundo maior patrão do país, sendo o Estado o primeiro. Em 1977 as exportações decorrentes das empresas de propriedade dos sindicatos representavam cerca de 50% do total das exportações de Israel.

Nos Estados Unidos, em 1979, os sindicatos detinham 13,7% dos Holliday Inn; 13,6% da K. Mart; 12,6% das Delta Air Lines; 11,4% da J. C. Penney. Isto foi possível através da utilização de fundos destinados às pensões de aposentadoria dos assalariados.



Os trabalhadores não lutam por delegação. Lutam eles próprios, ou não há luta revolucionária.

O sindicato mineiro United Mine Workers detém o National Bank of Washington. Além disso, há inúmeros casos em que o sindicato impõe sacrifícios salariais aos trabalhadores das indústrias com problemas financeiros sob ameaça de encerramento e demissões coletivas.

Houve um caso curioso com o sindicato metalúrgico Independent Steelworkers Union, que pretendia adquirir uma das instalações siderúrgicas da empresa National Steel Corp. Seus 9.000 trabalhadores se comprometeram em março de 1983 a aceitar uma redução de 32% nos custos de trabalho. Isto significaria uma economia de 120 milhões de dólares ao ano, caso a transação fosse feita.

Há exemplos semelhantes em muitos países europeus, mas penso que os já citados são suficientes para mostrar o mecanismo através do qual o sindicato se transforma em patrão.

Na realidade, a ausência de greves e lutas significativas nos países desenvolvidos, nestes últimos anos, permitiu aos sindicatos utilizarem o dinheiro arrecadado para reforçar seu papel econômico no capitalismo.

O capitalismo dos sindicatos resulta da utilização por parte dos dirigentes sindicais de quantias extorquidas dos trabalhadores para expandir a propriedade dos sindicatos.

Em nenhum desses casos se trata de processos autogestionários ou mesmo de participação na

gestão dessas empresas. Trata-se da apropriação de capital pela burocracia sindical, onde o proletariado não tem qualquer participação.

Nos países menos industrializados onde o mercado de trabalho é mais heterogêneo, o sindicato não tem força em nível nacional.

No entanto, nos setores industriais, onde a força de trabalho é mais homogênea e o mercado de trabalho regulado, desenvolve-se um processo semelhante ao dos países desenvolvidos.

O caso da Venezuela, país exportador de petróleo, é bastante ilustrativo. O maior banco privado — o Banco de los Trabajadores — é controlado majoritariamente pela central sindical CTV. O governo detém apenas 30% desse banco. (Os dados referentes ao capitalismo dos sindicatos foram retirados de um texto fotocopiado do autor português João Bernardo. Você pode encontrá-lo na biblioteca de Pós-Graduação da PUC/SP e na biblioteca da Fundação Getúlio Vargas — SP.)

O capitalismo dos sindicatos onde se desenvolve provoca novas formas de relação entre o sindicato e a classe operária.

Como já vimos, os sindicatos tradicionalmente procuram enquadrar os movimentos e orientá-los com o objetivo de lhes retirar qualquer aspecto revolucionário. Por outro lado, utilizam os trabalhadores como arma de pressão junto ao patronato, tendo em vista reforçar o peso e a influência dos sindicatos.

Mas, na medida em que se transformam em proprietários, importantes modificações ocorrem:

1º) Os próprios sindicatos tomam-se patrões de uma força de trabalho numerosa. Em períodos de crise o sindicato-patrão, como qualquer outro patrão capitalista, tende a cortar os salários e despedir trabalhadores.

2º) Ao se transformarem em proprietários, os sindicatos passam a ter elementos de pressão junto aos restantes capitalistas, o que lhes permite dispensar a mobilização operária.

Mas o sindicato não é apenas a cúpula dirigente, é também a sua base. O problema dos dirigentes é que muitas vezes eles são incapazes de controlar "os excessos" da base. Aliás, de modo geral, o movimento operário constitui sempre uma ameaça às burocracias sindicais, pois nada garante que o seu enquadramento possa ser um freio real à expansão revolucionária do movimento.

Nesse sentido, procuram utilizar outros meios de pressão junto ao patronato. A força econômica dos sindicatos que controlam lhes permite isso.

Nos confrontos com o capitalista particular não é mais a greve a arma utilizada, mas a capacidade de manobra financeira e o boicote econômico permitido pelo montante de capital investido de que dispõem.

Esses sindicatos enfrentam agora o patronato não mais no campo dos explorados, mas no interior

do processo da relação intercapitalista.

Em resumo, os sindicatos, hoje, são órgãos de gestão capitalista que organizam e planificam a força-de-trabalho. Quanto mais elevado é o grau de homogeneidade atingido pela classe operária, mais efetiva é esta atividade.

O sindicato expressa e reproduz o aspecto da prática operária integrada no capitalismo, organizada por ele. As organizações decorrentes das lutas autônomas expressam a sua prática anticapitalista, a sua auto-organização.

A união do proletariado não decorre da disciplina fabril, da organização da classe operária pelo mecanismo de produção capitalista. Este só pode estimular a subserviência e a divisão da classe, porque a organiza enquanto extensão da máquina, instrumento vivo da tecnologia que a domina.

A união revolucionária do proletariado resulta da luta coletiva contra esta realidade.

AUTONOMIA E SOCIALISMO

Autonomia operária significa, sobretudo, criação. Criação de novas relações sociais que permitem a união dos trabalhadores na luta contra o sistema capitalista de produção e de vida.

Não se trata apenas de uma estratégia da recusa, de mero rechaço ao trabalho, da apologia do ócio. Trata-se de instituir novas formas de trabalho, de reinventar a utilização do espaço e do tempo, de criar uma nova tecnologia que permita vir a ser o trabalho não mais uma condenação, mas fonte de criatividade.

A classe operária é o sujeito da transformação social, na medida em que a sua prática anticapitalista é criadora de instituições que tendem a se realizar em novas formas econômicas.

O socialismo existe como possibilidade em decorrência da contradição que define a prática

proletária. Ele existe concretamente em embrião, sempre que as formas autônomas de luta se desenvolvem e enquanto elas se desenvolvem. E esse é o ponto através do qual se articulam duas realidades contraditórias em permanente movimento: o capitalismo e o socialismo. Esta articulação configura um momento de extrema tensão entre o passado e o futuro.

A luta autônoma do proletariado é o futuro intervindo no presente, negando-lhe o estatuto de única solução possível.

O socialismo é o poder de todos os trabalhadores, a gestão da produção e da vida social pelo conjunto organizado dos produtores. É a subordinação da economia à atividade e repouso dos trabalhadores em vez da subordinação da atividade e da vida à economia.

Desenvolve-se não nas grandes datas oficiais, mas todos os dias e à medida em que os trabalhadores auto-organizam suas lutas, seus tempos livres, a sua atividade cotidiana através da cooperação igualitária.

O socialismo implica na apropriação dos meios de produção e na gestão do processo de trabalho pelos próprios produtores.

Na sua forma imediata, esta apropriação consiste no domínio dos meios de produção pelo conjunto dos trabalhadores de uma empresa.

Esta apropriação coletiva tem que ser entendida no sentido institucional e nunca pessoal. O que

quer dizer que o coletivo permanece enquanto tal independentemente da entrada ou saída dos trabalhadores considerados na sua individualidade.

Na união de todas as comissões de fábrica se realiza a apropriação geral dos meios de produção.

O socialismo, nessa perspectiva, é o domínio dos produtores sociais organizados diretamente ao nível das empresas.

As ocupações de fábrica, de terras, a autogestão da produção, dos bairros, das escolas, das instituições de consumo e lazer trazem em si o conteúdo da sociedade futura projetada — a sociedade autogerida e auto-instituída.

É este o socialismo de nosso tempo e não a estatização dos meios de produção, a centralização das decisões no aparelho de Estado, a homogeneização das individualidades, que exigem como vias institucionais de realização o Estado, o partido, o exército e o sindicato burocrático.

A passagem do modo de produção capitalista para o socialismo se dá pela generalização dessas relações sociais novas e das organizações autônomas que vão assimilando e desestruturando todas as instituições capitalistas.

Não se trata da tomada do poder pela vanguarda organizada, mas da transformação das relações de luta em novas relações de produção. Nesse sentido, a classe operária é a sua única vanguarda. Somente o proletariado pode superar a si mesmo enquanto classe.

Até hoje, se esta possibilidade existiu, nunca ultrapassou estágios iniciais e pode se desenvolver, no máximo, em formas embrionárias de curta duração. A não unificação das lutas e a não expansão além das fronteiras nacionais, assim como a inércia do sistema tecnológico herdado têm determinado a subordinação dessas experiências à estrutura capitalista, destruindo-as.

No entanto, de nada adianta criticar a classe operária pelo fato das suas lutas acabarem integradas no capitalismo ou reorientadas para a constituição do capitalismo de Estado. Essas críticas não levam a nada. A internacionalização da revolução não depende do desejo individual dos trabalhadores. Depende de condições objetivas, de crises simultâneas do sistema capitalista altamente integrado, da possibilidade de se unificar as diversas frentes de luta, de se atacar o mercado mundial capitalista.

Como você deve ter percebido, privilegio a prática na produção como sendo a prática fundamental dos indivíduos em sociedade. Isto não decorre de uma visão economicista da realidade. Apenas acredito que, enquanto a sobrevivência humana for uma questão de necessidade e não de facilidade, a prática na produção é fundamental e básica para a realização das outras práticas que não são as de sobrevivência imediata.

Se a prática na produção é básica, a classe operária é a única capaz de desestruturar a espina

dorsal do capitalismo, criando as condições de transformação das demais instituições (escola, família, etc.). Note-se que são apenas as condições. A realização da transformação depende da luta a ser travada nesses outros campos, e da possibilidade de articulá-las com a luta na produção.

Sabemos que as relações de dominação não vigoram apenas na fábrica, mas em todas as instituições sociais existentes. Além disso, na medida em que o capitalismo se expandiu, determinou uma diversificação no interior da classe operária. Hoje ela é composta de negros, brancos, mulheres, homossexuais, e até mesmo índios que se vêem obrigados a vender sua força-de-trabalho como bóias-frias.

Todas essas diferenças têm sido utilizadas para dividi-la. No entanto, todas as pessoas são diferentes e a consciência da diferença é a aceitação da liberdade, ou a igualdade é a liberdade de ser diferente.

Os movimentos sociais de mulheres, homossexuais, negros, etc. mostram a pluralidade de rostos do oprimido, que não se reduz à figura do operário industrial.

Surge daí a necessidade de articular as lutas na produção com as lutas contra as discriminações raciais, sexuais, etc., pois é neste processo que a classe proletária ultrapassa suas divisões internas, unificando-se.

Se é importante lutar contra o Estado e a

exploração do trabalho, é também imprescindível lutar pelo estabelecimento de relações igualitárias e liberadoras entre os seres humanos, prefigurando uma sociedade fundada na solidariedade tanto ao nível da ação quanto no da sensibilidade.

No mundo atual não existe mais lugar para aqueles que da solidão de seus gabinetes se proclamam a vanguarda do movimento operário ou ainda para aqueles que proclamam o seu fim. Estes, aliás, mais em voga hoje em dia.

Não será nas universidades ou institutos de pesquisa social que a revolução encontrará o seu ponto de partida ou a sua negação. É no movimento real, sendo para ele que temos que nos voltar.

Apenas o desenvolvimento das lutas operárias poderá nos dizer se o socialismo é uma utopia possível.

Utopia onde se encontram associados o passado que não se nega, mas se combate enquanto destino, e o futuro que se aceita, principalmente como perspectiva.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

A bibliografia sobre as lutas autônomas do proletariado é muito vasta. No Brasil, infelizmente, quase nada foi editado.

Resta-nos recorrer às edições estrangeiras.

Para uma abordagem teórica da autonomia operária recomendo os livros de João Bernardo, editados pela Ed. Afrontamento, Portugal. São eles: *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista* e *Marx Crítico de Marx*, em 3 volumes, em cujo modelo me baseei.

Do italiano Antonio Negri, *Domínio y Sabotaje*, Iniciativas Editoriais, S.A. Coleção El Viejo Topo, nº 2, Barcelona.

A coletânea de textos do holandês Anton Pannekoek, organizada por Serge Bricianer, intitula-se *Anton Pannekoek y los Consejos Obreros*, Editorial Anagrama, Barcelona.

Do próprio Pannekoek, *As Tarefas dos Conselhos Operários* e *A Luta Operária*, ambos editados pela Cen-

telha, Coimbra.

Sobre a atuação dos soviets na revolução russa de 1917, sugiro o livro de Rudolf Rocker, *Les Soviets trahis par les Bolchéviks (La faillite du Communisme d'État)*, Editora Spartacus, Paris.

Existe uma pequena coletânea de vários autores, Rudolf Rocker, Piotr Archinov, Efim Yartchuk e Nestor Machno, intitulada *Los Anarquistas y los Soviets*. São artigos de revolucionários que viveram e participaram do processo russo e nos mostram o outro lado da revolução, o lado da autogestão dos trabalhadores. Editora Anagrama, Barcelona.

Recomendo ainda a obra de Piotr Archinov, *História do Movimento Macknovista*. Trata-se da história da insurreição dos camponeses ucranianos, liderada por Nestor Mackno, contra a ditadura do partido bolchevique nos primeiros anos da revolução russa.

De Maurice Brinton, há um livro muito interessante, com uma cronologia seletiva e comentada da luta operária na Rússia de 1917 a 1921. Lá você poderá encontrar uma série de decretos governamentais que regulamentavam a participação dos trabalhadores no processo de reconstrução da economia e declarações importantes dos dirigentes que desempenharam papéis decisivos na evolução do processo. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*, Ed. Afrontamento.

Sobre a revolução alemã e os conselhos operários, veja a coletânea de documentos selecionados por Denis Authier, *A Esquerda Alemã (1918-1921) "Doença Infantil ou Revolução?"*

Ainda dentro desse tema, veja o livro de Herman Gorter, *Reponse a Lenine: Lettre Ouverte au Camarade Lenine*.

Editora Spartacus, Paris. Este pequeno livro é a resposta de Gorter, poeta e revolucionário alemão, à brochura escrita por Lenin, intitulada *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*.

Existe uma edição brasileira deste texto de Herman Gorter na coletânea organizada por Maurício Tragtenberg, editada pela Brasiliense. Infelizmente não está completo. Faltam o IV capítulo, intitulado O Oportunismo no seio da III Internacional, e a Conclusão. Mas contém textos de dois autores interessantes. Um é Makhaiski, que mostra ser insuficiente a socialização dos meios de produção para o desenvolvimento do socialismo, mantendo-se a mesma divisão de trabalho capitalista. Já em 1918 levantava o problema da tecnocracia (*intelligentsia*) e o papel de destaque que assumia no processo revolucionário russo.

Contém ainda um texto de Amadeo Bordiga analisando e criticando o parlamentarismo assim como a palavra de ordem "Assembleia Constituinte".

Sobre autogestão em Portugal, lutas autônomas, partido, sindicato e capitalismo de Estado, recomendo a coletânea dos editoriais do jornal autonomista Combate, editado em Lisboa. Este livro abrange os editoriais dos números 1 até o 20, incluindo o manifesto inaugural do jornal. É da Editora Afrontamento.

De Phil Mailer, veja *Portugal: A Revolução Impossível?*, Ed. Afrontamento.

Existe ainda outra coletânea de textos de diversos autores e vários documentos do movimento dos trabalhadores em Portugal, depois da queda do salazarismo. Intitula-se *Portugal: L'Autre Combat. Classes et Conflits dans*

la Societe. Seus autores são: F. Avila, C. Ferreira, B. Lory, C. Orsoni e Ch. Reeve. Editora Spartacus, Paris.

Finalmente recomendo dois livros de autores brasileiros, que tratam das lutas operárias mais recentes. Esses livros nos permitem perceber a criatividade operária nas lutas e os problemas com os quais se defrontam os trabalhadores brasileiros hoje.

São eles: *A Tomada da Ford. O Nascimento de um Sindicato Livre*, de José Carlos Aguiar Brito, editado pela Vozes - e *A Estratégia da Recusa* de Amenéris Maroni, editado pela Brasiliense.

Penso que esta breve bibliografia vai ajudá-lo no prosseguimento de suas leituras sobre a questão da autonomia operária.

Encontrará nos autores que indiquei posturas diferentes e conclusões diversas, mas acredito que isto só poderá enriquecer seus estudos. Nestas questões a ortodoxia nunca é boa companheira.



Biografia

Nasci em São Paulo, a 13 de setembro de 1953.

Me formei em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em 1979 integrei o coletivo da revista Autogestão, hoje extinta.

Em 1982/3 estive em Portugal, Espanha, França e Itália recolhendo material e pesquisando junto a grupos e autores autonomistas sobre as práticas e lutas autogestionárias.

Parte desse material foi sistematizado e analisado em minha tese de mestrado intitulada "Portugal: O COMBATE pela Autonomia Operária", defendida na PUC/SP em dezembro de 83.

Sou professora de sociologia na Faculdade de Economia e Administração de Empresa da PUC/SP.

Caro leitor:

As opiniões expressas neste livro são as do autor, podem não ser as suas. Caso você ache que vale a pena escrever um outro livro sobre o mesmo tema, nós estamos dispostos a estudar sua publicação com o mesmo título como "segunda visão".